



**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº DP2024/021-CPSMQ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01.24062024**

A(O) Consórcio Púb. de Saúde da Microrregião de Quixadá, por intermédio do seu Agente de Contratação, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados fará realizar Dispensa de Licitação sem disputa, com critério de julgamento pelo Menor Preço, Item, na hipótese do Art. Art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 2006 e demais exigências previstas neste aviso de dispensa eletrônica e seus Anexos.

DOS DA SESSÃO PÚBLICA

data da sessão de julgamento das propostas:

de setembro de 2024

k:

<http://precodereferencia.m2atecnologia.com.br/usuario/login/certame/c1f83262-8-4574-b356-a1f997da29f1/>

horário de julgamento das propostas:

30 Hs

OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa a a contratação por dispensa de licitação, conforme condições, quantidades e gências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação será dividida em Item, conforme tabela constante anexo.

EM	DESCRÍÇÃO	QTD	UND
1	ADESIVO PERFORADO PARA VIDRO	25.0	M ²
Anexo: M ² ; Cor: 4x0			
2	ADESIVO PERSONALIZADO	25.0	M ²

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMARA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 209-874-5321
PÁGINA: 1 DE 18 - ELISTENIO DA NORBRECA LIMA - CPF: 924.412.383-53





Tamanho: M²; Cor: 4x0

3	AGENDA PERSONALIZADA EM CAPA DURA - CONFECÇÃO, IMPRESSÃO E ENCADERNAÇÃO EM ASPIRAL - 196 FOLHAS	25.0	Unidade
---	---	------	---------

Tamanho: 140 x 207 mm; Cor: 4x0; Tipo: Folhas internas: Papel Offset 70 g/m²

4	ATESTADO MEDICO	60.0	Bloco
---	-----------------	------	-------

Tamanho: 15 x 21 cm; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100

5	BANNER EM LONA COLORIDA	30.0	Unidade
---	-------------------------	------	---------

Tamanho: M²; Cor: 4x0. Tipo: Lona

6	CAPA DE EXAME LABORATORIAL (P) COLORIDA	1000.0	Unidade
---	---	--------	---------

Tamanho: 16 X 11 CM; Cor: 4x0 ; Tipo: Papel 120g

7	CAPA DE SERVIÇO DE IMAGEM (G) COLORIDA	3500.0	Bloco
---	--	--------	-------

Tamanho: 31 X 23 CM; Cor: 4x0; Tipo: Papel 120g; Bloco c/ 100

8	FICHA DE EVOLUÇÃO	150.0	Bloco
---	-------------------	-------	-------

Tamanho: A4; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100

9	FICHA DE REFERÊNCIA IMPRESSÃO FRENTE	140.0	Bloco
---	--------------------------------------	-------	-------

Tamanho: A4; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100

0	AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS - APAC	140.0	Bloco
---	---	-------	-------

Tamanho: A4; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100

1	RECEITUARIO DE CONTROLE ESPECIAL	170.0	Bloco
---	----------------------------------	-------	-------

Tamanho: 15 x 21 cm; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100

2	RECEITUARIO COMUM ESPECIAL	170.0	Bloco
---	----------------------------	-------	-------

Tamanho: 15 x 21 cm; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100

3	REQUISIÇÃO DE MAMOGRAFIA	120.0	Bloco
---	--------------------------	-------	-------

Tamanho: A4; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100

4	REQUISIÇÃO DE MATERIAL	130.0	Bloco
---	------------------------	-------	-------

Tamanho: 15 x 21 cm; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100

5	SOLICITAÇÃO DE EXAMES	170.0	Bloco
---	-----------------------	-------	-------

Tamanho: 15 x 21 cm; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100

6	ENVELOPE TIMBRADO COM O NOME POLICLINICA	2000.0	Unidade
---	--	--------	---------

Tamanho: A4; Cor: 4x0; Tipo: Papel 120gr

7	ENVELOPE TIMBRADO COM O NOME POLICLINICA	2000.0	Unidade
---	--	--------	---------

Tamanho: 36 X 46 cm; Cor: 4x0; Tipo: Papel 120 gr

8	ENVELOPE TIMBRADO COM O NOME POLICLINICA	1500.0	Unidade
---	--	--------	---------

Tamanho: 31 X 41 cm; Cor: 4x0; Tipo: Papel 120 gr





19	ENVELOPE TIMBRADO COM O NOME CPSMQ	500.0	Unidade
Tamanho:A4; Cor: 4x0; Tipo: Papel 120 gr			
20	ENVELOPE TIMBRADO COM O NOME CEO	2000.0	Unidade
Tamanho:A4; Cor: 4x0; Tipo: Papel 120 gr			
21	ENVELOPE TIMBRADO COM O NOME CEO	100.0	Unidade
Tamanho: 36 X 46 cm; Cor: 4x0; Tipo: Papel 120 gr			
22	ENVELOPE TIMBRADO COM O NOME CEO	100.0	Unidade
Tamanho: 31 X 41 cm; Cor: 4x0; Tipo: Papel 120 gr			
23	FICHA DE RETORNO	150.0	Bloco
Tamanho: 15 X 7,5 cm; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100			
24	FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE USUÁRIO (CARTÃO DO USUÁRIO)	15000.0	Unidade
Tamanho: 11 X 6 cm; Cor: 4x0; Tipo: Papel offset 75 gr			
25	CONFECÇÃO DE CRACHÁS C/ CORDÃO LISO VERDE	80.0	Unidade
Tamanho: 8 X 5 cm; Cor: 4x0; Tipo PVC			
6	CARIMBO PEQUENO	25.0	Unidade
Tamanho: 38 X 14MM; Cor: 1x1; Tipo: Papel offset 75 gr			
7	CARIMBO MÉDIO	25.0	Unidade
Tamanho: 59 X 22MM; Cor: 1x1; Tipo: Papel offset 75 gr			
8	CARIMBO GRANDE COM DATA	25.0	Unidade
Tamanho: 50 X 40 MM; Cor: 1x1; Tipo: Papel offset 75 gr			
9	FICHA DE CONTROLE LRPD	30.0	Bloco
Tamanho: 15 x 21 cm; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100			
0	CARTÃO DE APRAZAMENTO E CONTROLE	50.0	Bloco
Tamanho: 15 X 10 cm; Cor: 4x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100			
1	CONFECÇÃO DE CARTAZES	90.0	Unidade
Tamanho: 21 x 31 cm; Cor: 4x0; Tipo: Papel offset 75 gr			
2	PULSEIRAS COM IDENTIFICAÇÃO DO CONSORCIO	20000.0	Unidade
Tamanho: 24 X 3 CM; Cor: 1x0; Tipo: Papel 120 gr			
3	CERTIFICADO GRANDE	350.0	Unidade
Tamanho: A4; Cor: 4x0; Tipo: Papel 150 gr			
4	FICHA CLINICA GERAL	100.0	Bloco
Tamanho: A4; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100			
5	FICHA DE REFERENCIA HOSPITALAR	150.0	Bloco





Tamanho: A4; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100

36	FOLHETO DE HIGIENIZAÇÃO DE PROTESE	30.0	Bloco
Tamanho: A4; Cor: 4x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100			
37	MAPA DE PRODUÇÃO DIARIA CIRURGIA CEO	50.0	Bloco
Tamanho: A4; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100			
38	IMPRESSÃO COLORIDA	90.0	Bloco
A4			
39	MAPA DE PRODUÇÃO DIARIA ENDODONTIA CEO	20.0	Bloco
Tamanho: A4; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100			
40	MAPA DE PRODUÇÃO DIARIA PERIODONTIA CEO	20.0	Bloco
Tamanho: A4; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100			
41	MAPA DE PRODUÇÃO DIARIA ORTODONTIA CEO	20.0	Bloco
Tamanho: A4; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100			
42	MAPA DE PRODUÇÃO DIARIA PRÓTESE CEO	20.0	Bloco
Tamanho: A4; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100			
3	MAPA DE PRODUÇÃO DIARIA PNE CEO	20.0	Bloco
Tamanho: A4; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100			
4	MONITARAMENTO DE UMIDADE E TEMPERATURA	15.0	Bloco
Tamanho: A4; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100			
5	RECOMENDAÇÕES PÓS-OPERATORIA	10.0	Bloco
Tamanho: 15 x 21 cm; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100			
6	SOLICITAÇÃO DE RADIOGRAFIA CEO	20.0	Bloco
Tamanho: 15 x 21 cm; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 101			
7	REQUISIÇÃO DE EXAME ANATOMO PATOLOGICO	50.0	Bloco
Tamanho: A4; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100			
8	TERMO DE RESPONSABILIDADE ORTODONTIA	50.0	Bloco
Tamanho: A4; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100			
9	CARDENETA DA GESTANTE	1000.0	Unidade
Tamanho: 21 x 31 cm; Cor: 4x4; Tipo: Papel offset 240 gr			
0	FORMULARIO PARA PESQUISA DE SATISFAÇÃO	15.0	Milheiro
Tamanho: 15 x 21 cm; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr			
1	FICHA CLINICA ENDODONTIA	20.0	Bloco
Tamanho: A4; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100			





52	FICHA CLINICA PERIODONTIA	50.0	Bloco
Tamanho: A4; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100			
53	TERMO DE CONSENTIMENTO ENDOSCOPIA	30.0	Bloco
Tamanho: A4; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100			
54	TERMO DE CONSENTIMENTO TOMOGRAFIA	50.0	Bloco
Tamanho: A4; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100			
55	TERMO DE CONSENTIMENTO COLONOSCOPIA	30.0	Bloco
Tamanho: A4; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100			
56	PREPARO DE ENDOSCOPIA	30.0	Bloco
Tamanho: 15X21; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100			
57	PREPARO DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA	30.0	Bloco
Tamanho: 15X21; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100			
58	PREPARO ULTRASSONOGRAFIA	30.0	Bloco
Tamanho: 15X21; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100			
9	PREPARO RX	30.0	Bloco
Tamanho: 15X21; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100			
0	RESULTADO TESTES RAPIDOS	30.0	Bloco
Tamanho: A4; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100			
1	REGISTRO DE COLPOSCOPIA	50.0	Bloco
Tamanho: A4; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100			
2	ANAMNESE PSICOLOGIA	20.0	Bloco
Tamanho: A4; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100			
3	REAVALIAÇÃO DA PSICOLOGIA	20.0	Bloco
Tamanho: A4; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100			
4	TERMO DE ADESÃO AO SETOR DE ESTIMULAÇÃO PRECOCE	10.0	Bloco
Tamanho: A4; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100			
5	TERMO DE ALTA NEP	10.0	Bloco
Tamanho: A4; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100			
6	FICHA DE EVOLUÇÃO FISIOTERAPÊUTICA	10.0	Bloco
Tamanho: A4; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100			
7	SOLICITAÇÃO DE EXAME MAMOGRAFIA	100.0	Bloco
Tamanho: A4; Cor: 1x0; Tipo: Papel offset 75 gr; Bloco c/ 100			
8	TALÃO RECEITUARIO DE CONTROLE ESPECIAL - B 1 VIA NUMERAÇÃO + PICOTE + GRAMPO	50.0	Bloco



Tamanho: 26 x 9,5 cm; Cor: 1x0; Tipo: Papel Super Bond 75 gr; Bloco c/ 50

69	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE PORTAS	50.0	Unidade
Tamanho: 15 X 15 CM; Cor: 4x0; Tipo: PVC			
70	BLACKOUT PARA JANELAS E PONTAS	22.0	M ²
Tamanho: M ² ; Cor: 1x0; Tipo: Plastico			
71	BLOCO DE ANOTAÇÕES PARA EVENTOS CAPA DURA COM 50 FOLHAS	70.0	Unidade
Tamanho: 15 X 10 cm; Cor: 4x0; Tipo: Papel offset 75 gr			

1.2.1. Havendo mais de um Item faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o Menor Preço por Item, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA CONTRATAÇÃO DIRETA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no endereço eletrônico <http://precodereferencia.m2atecnologia.com.br/usuario/login/certame/c1f83262-8-4574-b356-a1f997da29f1/>.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos vistos para cadastro no link <http://precodereferencia.m2atecnologia.com.br/usuario/login/certame/c1f83262-8-4574-b356-a1f997da29f1/>, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil e não possuam poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de



mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas egrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de garantir a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a qualificação fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, quando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem estruturalmente de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21 e desde que pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, não necessite de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão concedidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, 15 de junho de 2007.

INGRESSO NA CONTRATAÇÃO DIRETA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na contratação direta se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto,



quando for o caso, e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.**

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados na proposta inicial, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação competente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo, assumindo oponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, movendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores poderão cancelá-la, substituí-la ou modificá-la, **até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.**

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, indicar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento preferencial estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no processo de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;





3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

4.1. Na data e horário indicado para abertura e julgamento da contratação direta, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

4.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

4.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

4.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta manecer acima do preço máximo definido para a contratação.

4.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da contratação direta.

4.3. Estando o preço compatível, será solicitado, se necessário, documentos complementares.

4.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, contar da data de sua apresentação.

4.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

4.5.1. contiver vícios insanáveis;

4.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

4.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

4.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

4.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências neste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

4.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecutável a proposta de preços que:

4.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, esente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, compatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha



estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

4.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

4.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

4.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

4.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

4.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

4.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor usuário do serviço ou da área especializada no objeto.

4.10. Se a proposta vencedora for desclassificado, será examinada a posta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

4.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no ato" a nova data e horário para a sua continuidade.

4.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Aviso de Contratação Direta, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

5.1.1. Habilitação Jurídica

a) no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação será condicionada à verificação da autenticidade no sítio w.portaldoempreendedor.gov.br;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;





e) No caso de sociedade

simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

f) decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

g) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.1.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo Serviço (FGTS);

d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Fazenda do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva, em efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu objeto de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

5.1.3. Qualificação Econômico-Financeira

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da e do fornecedor;

b) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios fiscais;**

b.1. As empresas criadas no exercício financeiro da dispensa deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.



b.2. Os

documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

c) comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}$$

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$SG = \text{Ativo Total}$$

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$LC = \text{Ativo Circulante}$$

$$\text{Passivo Circulante}$$

c.1. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de 5%.(cinco por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

5.1.4. Qualificação Técnica

a) Comprovação de aptidão compatível em características, intidades e prazos com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de eito público ou privado.

a.1. Os atestados deverão referir-se aos bens/serviços eados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária eificadas no contrato social vigente;

a.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações essárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre os documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço al da contratante e local em que foram fornecidos os bens.

b) Declaração do fornecedor atestando que conhece todas as rmações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da tratação.

c) Em relação às fornecedoras cooperativas será, ainda, gida a seguinte documentação complementar:

c.1. A relação dos cooperados que atendem aos quisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na alidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

c.2. A declaração de regularidade de situação do tribuiente individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;



c.3. A

comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

c.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

c.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

c.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da dispensa;

c.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

5.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licencedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Registro Cadastral de Fornecedores do(a) Consórcio Púb. de Saúde da Microrregião de Quixadá;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); (Acórdão nº 1.793/2011 - Plenário);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php). (Acórdão nº 93/2011 - Plenário);

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - J.

5.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoresapf.apps.tcu.gov.br/>);

5.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licencedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 29, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



5.2.2.1. Caso conste na

Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

5.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

5.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Cadastro de Fornecedores, nos documentos por ele abrangidos.

5.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Cadastro de Fornecedores para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

5.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de títulos lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

5.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

5.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que tenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

5.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a continuidade.

5.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

5.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

5.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.



6. CONTRATAÇÃO

6.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.2. **O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

6.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

6.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.3. O prazo de vigência da contratação prorrogável conforme previsão nos tópicos a este Aviso de Contratação Direta.

6.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

SANÇÕES

7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

7.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse público;

7.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

7.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

7.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato imprevisível e invencível, evidentemente justificado;

7.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

7.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

7.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

7.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;





7.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da contratação direta

7.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

7.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 7.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) n(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações subitens 7.1.1 a 7.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a ação, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.2 a 7.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.8 a 7.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

7.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de eficiência, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, em caso da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou já cobrada judicialmente.



7.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

7.7. A apuração e o julgamento das infrações administrativas, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.8. O processamento do PAR - Processo de Apuração de Responsabilidade, não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

7.10. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. O procedimento será divulgado no sítio eletrônico oficial do(a) Consórcio Púb. de Saúde da Microrregião de Quixadá e no(s) endereço(s) eletrônico(s) www.cpsmquixada.com.br.

8.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou habilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

8.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

8.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

8.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será eletronicamente gerenciada fora deste procedimento.

8.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

8.3. As providências dos subitens 8.2.1 e 8.2.2 acima poderão ser adotadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores expressados, procedimento deserto.

8.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza entre fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, haverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração respectiva notificação.

8.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer instruções emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



8.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

8.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

8.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado processo de contratação.

8.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, valecerá as deste Aviso.

8.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

8.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

8.13.1. ANEXO I - Termo de referência/Projeto Básico;

8.13.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato.

Quixadá/CE, 19 de setembro de 2024

assinado eletronicamente
Elistênio da Nobrega Lima
ORDENADOR DE DESPESAS

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMARA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 209-874-5321
PÁGINA: 18 DE 18 - ELISTÊNIO DA NOBRECA LIMA - CPF: 924.412.383-53

